

## A NATUREZA EDUCATIVA NAS OCUPAÇÕES DE LUTA PELA TERRA NO BRASIL

Gilvânia Ferreira da Silva\*

### RESUMO

A ocupação da terra, da escola, das ruas e dos espaços públicos possibilita ao sujeito momentos de contestação, de ruptura, de diálogo, de debate de idéias, fomentando a construção de uma nova estrutura social. Esse processo ocorre de forma interligada por objetivos e interesses que movem os sujeitos em busca da terra, constituindo a dialética das lutas sociais, desenvolvendo outras dimensões culturais daqueles que se lançam a experimentar, a desafiar e romper com as estruturas de poder geradas pela estrutura fundiária capitalista brasileira, que historicamente se instituiu, impondo ao trabalhador e à trabalhadora uma situação de exclusão e dominação. Neste momento, é estabelecido um palco propício para a luta de classes, disputa entre quem tem o poder e domina e de quem foi dominado e resiste. O ato de ocupar depende de uma decisão individual e coletiva, movida pela necessidade de obter a terra e de se ter espaços de reprodução da vida que sejam próprios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos Sociais, Ocupações de Terras, Reforma Agrária, Educação, Pedagogia Libertária.

### ABSTRACT

The occupation of the land, the school, the streets and the public spaces makes possible to the citizen moments of plea, rupture, dialogue, of debate of ideas, fomenting the construction of a new social structure. This process occurs of linked form for objectives and interests that move the citizens in search of the land, constituting the dialectic of the social fights, developing other cultural dimensions of that if they launch to try, to defy and to breach with the structures of being able generated for the agrarian structure capitalist Brazilian, who instituted itself, imposing to the worker and the worker a situation of exclusion and domination. At this moment, place propitious for the fight of classrooms is established one, it disputes between who it has the power and it dominates and of who it was dominated and it resists. The act to occupy depends on an individual and collective decision, moved for the necessity to get the land and of if having spaces of reproduction of the life that are proper.

**KEY-WORDS:** Social movements, Land Occupations, the Agrarian Reformation, Education, Libertarian Pedagogy.

### 1. FORMAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO POVO BRASILEIRO NO ESPAÇO EDUCATIVO DAS LUTAS

O processo histórico de construção e consolidação da formação cultural, econômica e

\* Especialista em Estudos Latino-americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

social do povo brasileiro tem suas origens no modo de produção colonial europeu, baseado na extração e exploração de matérias-primas, tendo a mão-de-obra baseada no escravismo indígena, *a priori*, e posteriormente a negra africana. Em meio à consolidação acumulativa de produção colonial brasileira, como base no cultivo extenso de cana-de-açúcar, café e na pecuária, temos o que podemos definir de perfil sócio-cultural do povo brasileiro, estreitamente ligado às relações de poder da grande propriedade capitalista. Assim:

A gênese do capitalismo no campo reside fundamentalmente na transformação da renda da terra (pré-capitalista ou já capitalista) em capital agrário, na colocação da renda da terra a serviço da acumulação do capital agrário (ao invés de desviá-la para aplicações comerciais e/ou industriais). (GORENDER, 1987, p. 44-45)

No Brasil, a acumulação de terras tem origens na consolidação das estruturas de poder colonialista. Acúmulo de terra aparelha-se com o que entendemos por expropriação dos meios de produção. Por esse modo, “toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. (...) Se não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvidas, uma civilização de raízes rurais” (HOLANDA, 2003, p. 73).

Não obstante, as relações sociais e culturais estabelecidas na formação do povo brasileiro refletiam o modo como as riquezas aqui encontradas e exploradas foram agregadas como meios de produção, e/ ou acumulação, na economia dependente e subordinada às potências européias, ou seja, colonial. O Escravismo Colonial foi, sem sombra de dúvidas, o pilar de sustentação das elites européias e do mecanismo de exploração e de acúmulo de riquezas à metrópole portuguesa. Muito embora esse sistema de dominação se estabeleça na dependência da mão-de-obra do escravo, se entende que tal modelo de produção atendia às necessidades de matéria-prima, necessária à produção de mercadoria final à economia européia. A isso se atribui o estabelecimento de relações tipicamente direcionadas a servir aos interesses da metrópole européia, como exemplo de desenvolvimento e modernidade. A grande propriedade teve seus laços intimamente ligados à hegemonia das estruturas de poder, tendo, esta, fatores incidentes na formação social e cultural do povo brasileiro, “porque é novo o modelo de estruturação societária, que inaugura uma forma singular de organização sócio-econômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial”. (RIBEIRO, 2003, p. 19).

É precisamente nessa relação existente de dependência e subordinação da colônia aos interesses da metrópole, que as forças produtivas entram em contradição com os meios de produção colonial, aliadas a movimentos de resistência dos escravos e à revolta popular contra o modelo de dependência que, na realidade, significa o controle e expropriação das riquezas locais pelas metrópoles européias. Esse elemento é essencial na constituição formativa do povo brasileiro e de suas caracterizações posteriores em classes cujos projetos e interesses são antagônicos — o capital e o trabalho.

As lutas sociais no Brasil colônia passaram a ter o protagonismo direto na formação de um novo perfil socioeconômico do povo brasileiro. Na medida em que se desenvolviam as lutas, estabelecia-se uma nova relação educativa, gerando por esse aspecto, a formação de elementos pedagógicos no bojo das lutas populares e sistematizadas em novas relações sociais, precisamente inseridas, ao longo da história do desenvolvimento da sociedade brasileira, como produto das relações de conflito entre classes.

## 2. OCUPAÇÃO: O CONFLITO NECESSÁRIO AO AMBIENTE NOVO E PEDAGÓGICO

Por expropriação se sugere campo amplo de compreensão em torno do controle e domínio do poder de um grupo, baseado na propriedade privada, na acumulação centrada na exploração do território, do espaço para benefício de uns, a partir da exploração do trabalho de outros. Como processo complexo e interligado entre produção material e ideológica da vida, a partir da caracterização da expropriação dos meios de produção, compreendemos o caráter educativo que a sustenta, ao mesmo tempo em que é gerado por ela.

Com a acumulação dos meios de produção, se define o tipo de forças produtivas e a forma de como é tida a expropriação da classe trabalhadora. Toda espoliação traz em sua essência algo de doutrinação ideológica. Dentro do que historicamente se alinha por questão agrária brasileira, a luta pela terra traz no seu bojo uma composição de lutas, sejam elas econômicas, sociais, políticas e culturais. Contemporaneamente, com as lutas do campo, se estabeleceu no ato de ocupar um instrumento direto de ruptura com as estruturas de poder, ao mesmo tempo em que, no ato de ocupar, surge um ambiente pedagógico fértil, capaz, por sua natureza, de proporcionar a formação e educação revolucionária aos sujeitos ativos no espaço das lutas no campo.

A ocupação da terra, da escola, das ruas, dos espaços públicos possibilita ao sujeito momentos de contestação, de ruptura, de diálogo, de disputa entre idéias, fomentando a construção de uma nova estrutura social. É um ato pedagógico e político na medida em que permite ao sujeito, ao reconhecer-se enquanto tal, dar o salto rumo à construção de um novo projeto desenvolvido na coletividade. Esse processo ocorre de forma interligada, a partir do estabelecimento de objetivos e interesses que permitem ao sujeito movimentar-se em busca da terra, constituindo a dialética das lutas sociais, desenvolvendo outras dimensões culturais. Um processo de construção próprio daqueles que se lançam a experimentar os desafios das adversidades, a desafiar e romper com as estruturas de poder geradas pela estrutura fundiária capitalista brasileira, que historicamente se instituiu, impondo ao trabalhador e à trabalhadora uma situação de exclusão e dominação. No momento do espaço ocupado, é estabelecido o ambiente propício para a luta de classes. Para essa ocasião, são postos aos trabalhadores os atores representativos das disparidades de classe, identificando quem são os que estabelecem como classes dominantes e quem são os dominados. Por esse ângulo é “possível um ato pedagógico na luta entre antagônicos, pois as pessoas podem vir a aprender mais e ensinar também e a modificarem sua visão de mundo na luta entre os contrários”. (GUIMARÃES, 1986, p. 29)

Ao se materializar o ato da ocupação, o desenvolvimento educativo ganha dimensões inovadoras na medida que o indivíduo ocupante passa a integrar-se num momento de ruptura com os pilares de sustentação de poder (propriedade privada), incorporando proporções além da luta pela terra, traduzindo-se em lutas políticas de emancipação. Dependendo do caráter da ocupação, da sua radicalidade e dos seus objetivos, o ato pedagógico ocorre no momento em que os sujeitos fazem no seu processo de construção da luta, uma síntese da existência e do papel enquanto indivíduo no coletivo. Portanto, a formação político-ideológica é a base para se formar uma cultura organizativa capaz de proporcionar ao sujeito camponês a consciência de sua realidade, para que, a partir disso, passe a olhar sua prática enquanto sujeito inserido no processo de luta.

Com o processo da ocupação da terra, a luta se materializa em atividade estritamente política, tornando-se plenamente visível à sociedade, tanto a insatisfação dos trabalhadores e trabalhadoras em relação à estrutura de concentração de terras, quanto à possibilidade dos trabalhadores e trabalhadoras de se manterem organizados. Organização que se dá de forma consciente e não espontânea, cujo objetivo é a realização de ações que expressem a resistência

e rebeldia daqueles que se contrapõem aos aparelhos repressores do Estado ou dos grupos paramilitares, armados pelos latifundiários para destruir e desmobilizar a luta. Como sustenta a autora Graciele Fabrício, “a ocupação é um elemento novo, pode-se dizer que a ocupação e a organização do acampamento são formas de resistência que afrontam o conceito de propriedade e ordem estabelecida que transgridem”. (FABRÍCIO, 1999, p. 44).

Na perspectiva de se reivindicar uma nova política fundiária, os trabalhadores passam a agregar elementos de resgate e preservação de suas raízes culturais, enquanto trabalhador(a). Ante isso, ocupar ganha verbo próprio, proporcionando ao Sem Terra um universo educativo que fornece a esse sujeito condições indispensáveis às lutas travadas no seio da questão agrária.

O acampamento vai se transformando em um grande espaço de construção pedagógica, de socialização dos Sem Terra. Esses vivem debaixo dos barracos de lona preta, compartilham o frio, o calor, tanto do sol quanto do corpo humano, a chuva, a fome, a repressão, o debate caloroso, as reflexões coletivas, suas inquietações individuais. Dessa forma, o camponês passa a viver momentos significativos em uma coletividade na qual o jeito de funcionar é muito diferente das suas experiências anteriores.

Cada ação segue um processo individual e cada sujeito produz e reproduz suas aprendizagens e práticas diferenciadas, ainda estando inserido no processo coletivo, compartilhando da mesma luta. O ato de ocupar áreas improdutivas não é apenas um ato de coragem, é uma ação baseada na necessidade econômica e no desejo de se auto-sustentar, a partir de seu próprio esforço. Assim, a ocupação se define em uma luta reivindicatória de caráter estritamente transformador tanto do sujeito quanto do espaço social no qual vive. A ocupação assume um caráter político quando suas ações trazem presentes as mudanças na política agrária, quando pressiona o poder político e garante suas conquistas, sociais, políticas e econômicas.

O ato de ocupar depende de uma decisão individual e coletiva movidas pela necessidade de se ter a terra, de se ter um lugar ao sol, de se ter a reprodução da vida a partir da recuperação do sentido do trabalho e do pertencimento a um grupo gerado por ele. Essa é a posição assumida pelos movimentos camponeses que vêm historicamente produzindo um processo de formação educativa dos sujeitos do campo — homens, mulheres, crianças, jovens e adultos maiores —, ora destituído de sua condição de classes, dadas às conformações da opressão geradas pelo grupo dominante. Cada ação traz consigo tempos e espaços cotidianos

produzidos e recriados intencionalmente, dentro de uma totalidade pedagógica voltada para a formação dos sujeitos Sem Terra. Nas ações concretas, se materializam muitos ingredientes pedagógicos originados das práticas cotidianas diferentes e específicas para cada momento do movimento em que a própria dinâmica das lutas produz.

Essa produção requer muitas reflexões em um processo contínuo sobre cada ação realizada pelos movimentos de luta pela terra. Essa reflexão se dá quando os trabalhadores pensam, analisam e debatem sobre as atividades realizadas no decorrer da luta, como: as ocupações de terra, as preocupações, quando são despejadas, as resistências, as ações de reivindicação das políticas públicas, sejam elas no INCRA, (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), nas prefeituras, nas ocupações de estradas. Todos os momentos das ações são discutidos e analisados pelos trabalhadores, sua viabilidade, atribuindo funções e responsabilidades. Geralmente, em cada atividade se avalia o aspecto positivo e negativo, em que questões avançaram, as limitações e os desafios, pautando novas ações para atingirem as metas traçadas coletivamente, visando a concretização dos seus objetivos.

Toda luta se realiza em matrizes pedagógicas baseadas na prática da formação e cultura camponesa, construindo um novo jeito de criar os espaços pedagógicos, incorporando, no seu contexto de luta, diversas características do pensamento pedagógico centrado na emancipação. Insere-se, nesse contexto, uma linguagem e um método original onde "é somente como um permanente produzir-se e transformar-se em cada prática que essas matrizes pedagógicas podem ser um dos momentos pedagógicos compreendidas". (CALDART, 1999, p. 208).

A luta pela terra aqui se dá num processo que educa as pessoas para transformação da estrutura fundiária entranhada na estrutura econômica de poder. Nesse enfrentamento direto com o latifúndio, ocorre um dos maiores aprendizados, os sujeitos se deparam com um estado de injustiças sem espaços para garantir os direitos fundamentais do ser humano: a dignidade.

Um dos grandes aprendizados na luta é a postura política que os movimentos de luta pela terra adotam para contestar, criando possibilidades de mudanças, olhando a sociedade como um todo, suas contradições e complexidade<sup>1</sup>. Organizado em uma coordenação de base,

---

1 O processo da luta exige que os movimentos sociais assumam uma postura ética, com ações que venham a contribuir na sua formação, trazendo uma reflexão cotidiana das suas práticas no espaço de convivência e em outros espaços e na sociedade.

o camponês combina, em sua estratégia, a luta pela terra, aspectos agrários, a correlação de forças ante a pressão social. A luta pela terra no Brasil traz, na sua essência, a contestação da ordem social imposta, relacionando em ordem o absurdo da concentração da terra por uma minoria dominante. Assim, os camponeses buscam, através das suas canções, poesias e palavras de ordem, expressar a sua indignação referente ao sistema, contestando a ordem vigente e resgatando a esperança da construção de um país justo e igualitário, reconstruindo a utopia. As canções da luta trazem um contexto de denúncia, mas também de esperança e de atitude. As poesias contestam, animam a luta e alimentam a consciência dos Sem Terra. As palavras de ordem expressam cada momento histórico da luta, norteando a postura do Movimento diante do cenário conjuntural, indicando os momentos de acirramento da luta, dos avanços e recuos. Esses instrumentos pedagógicos são fundamentais no processo de formação ideológica dos trabalhadores, que nos acampamentos e assentamentos se transformaram em práticas cotidianas, lhes proporcionando aprendizados significativos, alimentando e re-alimentando sua subjetividade.

Os movimentos de ocupação camponesa se expressam num conjunto de contestação social, na medida em que vai ganhando sentido significativo a possibilidade de resolver os problemas relativos às necessidades dos camponeses, no sentido de garantir a sobrevivência da família e de si próprio. No percurso da luta, esse sujeito fomenta consciência de seu lugar na história e de sua compreensão em relação aos demais e passa a ter uma prática de maior responsabilidade, assumindo tarefas mais complexas, que exijam um nível de entendimento do funcionamento da organização, levando em consideração o jeito de se organizar, suas linhas políticas, objetivos, princípios. Nasce, nesse descobrir-se, uma preocupação com seu fazer histórico e com o destino do seu país e da classe trabalhadora, como forma principal que move as transformações rumo ao projeto popular, antagônico em essência ao projeto de transformação do grupo dominante.

### 3. A RESISTÊNCIA COMO MECANISMO DE TRANSFORMAÇÃO EDUCATIVA

Os que lutam pelos seus direitos são chamados de desordeiros e vagabundos, por contestarem a ordem estabelecida, são colocados fora da normalidade instituída e determinada pelo Estado e o sistema dominante que tem como centro o lucro, a dominação, a exploração

do ser humano e da natureza.

Assim, levando em consideração o espaço do acampamento e assentamento, como lugar que gera contradições externas e internas, através das lutas travadas, bem como: cortar o arame, derrubar a cerca, enfrentar a repressão, o latifúndio, a pistolagem, ocupando órgãos responsáveis pelas políticas públicas, as ruas, as praças, vivendo as experiências coletivas de lutas, evidenciando-se como momentos importantíssimos no processo de formação educativa na vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Esse imprescindível fazer deve ser considerado como movimento concreto da luta na vida cotidiana dos camponeses, compreendendo o movimento dialético da luta pela terra, em que operam as relações de poder e de ruptura<sup>2</sup>.

Entretanto, nem todos que iniciam o processo da luta pela terra conseguem dar continuidade a essa caminhada. Muitos ficam apenas na luta pela terra, não avançando em uma compreensão maior de luta de classes. Isso ocorre devido ao fato de que existem muitas limitações, ou seja, por nos depararmos com séculos de destruição do projeto popular, séculos de opressão incorporada, inclusive, em nosso próprio fazer. Assim, os atavismos seculares, aliado aos vícios burgueses, se evidenciam como empecilhos maiores à formação da consciência de luta emancipatória. Tais discrepâncias se delineiam como elementares, considerando-se que esse sujeito passou por um tempo maior de despolitização. Ao ingressar no cenário de luta, o teor pedagógico se inicia com a vivência da coletividade em conflito com o individualismo, abrindo as possibilidades educativas de se educar em coletivo organizado, com clareza dos seus objetivos.

A matriz organizativa dos movimentos de luta pela terra é a ocupação da terra. É através dessa prática direta, dessa ação, que os trabalhadores(as) se mobilizam contra o latifúndio. É no acampamento que se forma o embrião das instâncias coletivas, da participação da mulher, da juventude e de toda a família. É também nesse espaço concreto que se manifestam os valores da solidariedade, da cooperação, do trabalho. Quanto mais os camponeses estiverem arraigados nesse pensar pedagógico, mais possibilidade de resistir e se constituir como sujeito coletivo. Na medida em que estes vão se estabelecendo em uma cultura comunitária, vão se educando e produzindo sua identidade coletivamente, como seres sociais protagonistas de seu papel histórico: a revolução da vida cotidiana.

---

<sup>2</sup> As ações realizadas pelos trabalhadores cotidianamente e a relação dialética que ocorre nos movimentos que a luta proporciona, conduz os sujeitos a pensar sobre sua prática, sobre a relação das suas ações, com a dinâmica do movimento social na sua totalidade, e o impacto dessas ações nas estruturas de poder numa perspectiva de ruptura com a ordem estabelecida pelo Estado capitalista.



Dessa forma, os trabalhadores e trabalhadoras passam a viver estágios significativos de suas vidas em uma coletividade pela qual o jeito de funcionar seja muito diferente das suas experiências anteriores. Esse jeito novo de construir e refazer o caminho faz parte de suas vidas e de suas tomadas de decisões na coletividade.

Na luta pela terra, ocorre um enfrentamento direto das disputas políticas e ideológicas entre dois projetos: o da classe dominante, querendo que a estrutura fundiária brasileira permaneça intocável, seguindo o modelo de desenvolvimento agroexportador, em detrimento da pequena agricultura familiar. Para esse grupo, segundo seu poder e domínio histórico baseado na expropriação do território e do espaço e na exploração do trabalho do outro, o projeto da classe trabalhadora é visto como uma inversão de prioridades nas políticas para o campo, dentre elas a garantia que a terra esteja ligada aos interesses coletivos, e contra a concentração de renda, na proporção das conquistas geradas (crédito, educação, moradia, saúde, estradas, energia e etc.).

Nesse projeto antagônico ao da classe dominante, os trabalhadores constroem sua identidade no que fazer da luta cotidiana, na medida em que participam dos movimentos sociais como sujeitos construtores de um processo de luta, imbuídos de novos valores. Os movimentos sociais se transformam em espaços de construção de novos sujeitos, novos processos educativos na luta social, política e econômica contra o projeto do capital. Essas lutas, com toda sua intencionalidade pedagógica e política, possibilitam aos sujeitos se educarem no próprio “movimento em movimento” (histórico, processual, relacional). É através desse movimento dialógico que os trabalhadores aprendem muitas lições e desenvolvem uma consciência social crítica e organizativa, que o constituem como sujeito coletivo, dando vida ao novo potencial político pedagógico que lhe pertence enquanto classe.

O mais fascinante do ato pedagógico é ver como as transformações ocorrem em todos os âmbitos da vida desses sujeitos. Transformações na forma de ver o mundo, se ver no mundo, atuar no mundo a partir de outro lugar que não o da passiva aceitação dos desígnios dos donos do capital, do poder. Entretanto, como processo, como ruptura do velho para instituição do novo na vida cotidiana mesma desses sujeitos, essas transformações trazem consigo muitos conflitos pessoais. É a briga entre o que, historicamente, foi absorvido por ele em sua velha educação, e o que está sendo criado por ele em sua nova educação. Como são múltiplos os sujeitos, são múltiplas as formas e os tempos de adaptação de cada um ao novo projeto. Uns tantos se redescobrem e vão conscientemente dando conta de romper com o

opressor que habita dentro deles no ato cotidiano de ver e atuar na vida. Outros, entretanto, não conseguem romper com a opressão histórica que habita neles. Esses trabalhadores passam a criticar e a desarticular a organização, quebrando a unidade do grupo, já que seus interesses pessoais não foram contemplados no coletivo. Geralmente, esses camponeses se isolam nos lotes, não participam efetivamente dos espaços de discussões e encaminhamento da vida orgânica do assentamento ou acampamento, não interferindo nos rumos da luta. Esse comportamento ocorre no acirramento das contradições e deficiências no processo de formação dos camponeses.

É precisamente nestes conflitos que o camponês passa a se envolver nos alicerces de sua formação, enquanto elemento pedagógico<sup>3</sup>. Quando os trabalhadores constroem sua unidade e têm clareza dos objetivos a serem alcançados na luta, o que parecia impossível se torna viável. Organizados, os trabalhadores(as) transformam-se em uma força política forte e preocupada em entender que:

a ocupação da terra é uma forma de pressionar o governo a fazer a Reforma Agrária. Foi o único jeito que os trabalhadores encontraram para conquistar a terra. Os trabalhadores têm que se juntar para reivindicar o seu direito e pressionar os poderosos para que a Reforma Agrária saia do papel e do discurso e torne concreta na terra e na vida da gente. Acho que a Reforma Agrária é uma forma justa e correta pra se conquistar a terra (RAIMUNDO NONATO, acampamento Mariguela – Buritirana – MA. in SILVA, 2001, p. 54-55).

É precisamente na luta pela terra que o conceito de conflito gera conceitos educativos próprios. Mas ela só é possível quando os camponeses se percebem nesse processo, movidos por sentimentos de liberdade, solidariedade, que passam a transformar sua realidade e suas vidas. Na ocupação se constituem espaços de socialização das dificuldades, das decepções, como também das esperanças, de partilha, de vida, dos sonhos. O acampamento se transforma em um ambiente educativo, que promove muitas possibilidades de aprendizado.

Essa prática de intervenção promove tipos de aprendizado significativos, indispensáveis, possibilitando assim aos camponeses, um processo de resistência e

---

3 A coletividade, ou seja, a organização dos trabalhadores que prima pelas decisões tomadas em conjunto, levando em consideração a decisão da maioria dos acampados e assentados, constituindo assim, um processo de colaboração que tem como centro das suas preocupações a unidade dos trabalhadores, respeitando as suas diferenças e individualidades. Essa unidade se fortalece com a formação e a apropriação do conhecimento, pelo estudo, pela análise e pela reflexão coletiva.

contestação das políticas de dominação e concentração de renda, no que se refere às políticas agrárias e agrícolas do País.

#### 4. PRODUZIR NO ESPAÇO OCUPADO É APRENDER NOVAMENTE

A sociedade brasileira é capitalista e de consumo, pelo qual a classe dominante tenta nos fazer acreditar que tudo na sociedade deve ser comprado, tudo é mercadoria. Essa lógica desumaniza as pessoas e as transforma em objetos que podem ser vendidos por um valor de mercado, com embalagem e etiqueta. Por isso, as solidariedades, como elo de afinidades entre os trabalhadores e trabalhadoras, são definidas aqui como valor da vida comunitária e que o modelo econômico capitalista tenta cotidianamente destruir. Mas, os valores resistem nas práticas e na vida dos trabalhadores, permanecendo muito presentes na luta pela terra. Para formar a consciência da classe trabalhadora, é necessário que o ambiente educativo no qual o trabalhador está inserido o possibilite praticar ações de solidariedade, que venham a desenvolver um comportamento social de cooperação e partilha dos momentos adversos pelo fato de que vivenciam momentos de escassez de alimentos, falta de infra-estrutura, falta de assistência médica e educacional. No acampamento, esse sentimento de igualdade é inerente aos integrantes da luta. É nesse espaço de convivência e partilha que as mesmas necessidades e precariedades os fazem perceber que essa ajuda mútua faz parte da cultura da luta, que conduz ao avanço do processo de aprendizados dos trabalhadores, motivados pelo sentimento de conquista, ou seja, atingir os objetivos aos quais se lançaram na luta. Para a companheira Zezé, assentada em Davinópolis:

O acampamento é muito importante, lá a gente divide o pouco que a gente tem um com o outro, é o arroz, é o feijão, e a farinha, todos se ajudam a gente divide tudo, os momentos bom da luta, a animação, as músicas, as coisas boas. Também dividimos as coisas difíceis, o despejo, os conflitos, as dificuldades, até a fome.” (ASSENTADA P.A.. Alegria – Davinópolis – MA).

O acampamento acaba se transformando em uma grande escola de solidariedade, cria-se um ambiente de partilha capaz de motivar os trabalhadores a dividir as dificuldades, numa perspectiva de multiplicação e socialização de conhecimentos, da solidariedade, dos valores

da luta. Solidariedade no ato de estar com o outro e não sobre ele que, segundo Freire, nega a opressão historicamente consolidada pelo grupo dominante:

Enquanto a violência dos opressores faz dos oprimidos homens proibidos de *ser*, a resposta destes à violência daqueles se encontra infundida do anseio de busca do direito de ser. (...) Os oprimidos de ontem, que detêm os antigos opressores na sua ânsia de oprimir, estarão gerando, com seu ato, liberdade, na medida em que, com ele, evitam a volta do regime opressor. Um ato que proíbe a restauração deste regime não pode ser comparado com aquele através do qual alguns homens negam às maiorias o direito de ser. (FREIRE, 2003, p. 43-44)

Levando em consideração o valor da solidariedade, valor que organiza e politiza, esta deve também ocorrer não só internamente no acampamento, mas com outros setores da sociedade, categorias, grupos sociais, etc. Assim, as ações devem visar a organização dos trabalhadores nos núcleos de base, nos grupos comunitários, nas associações, contribuindo com a construção coletiva como um todo, seja no setor de educação, produção, formação, saúde, comunicação, etc. É essencial que todos os setores funcionem organicamente e solidariamente. Assim, vale ressaltar que não basta mudar o sistema explorador dominante, é preciso transformar o ser humano visando a sua totalidade e complexidade<sup>4</sup>.

Quando se constitui o acampamento, uma das principais preocupações é a organização do espaço ocupado, para que ele fique belo, limpo, organizado. O belo compreende um sentimento do camponês, que alimenta sua subjetividade, do que é bonito, é bom, é revigorador, que constrói uma estética que dá forma, que embeleza o lugar onde vivem e valoriza o ser humano nesse espaço místico, dando um conteúdo político aos seus momentos de socialização, reflexão, estudo e lazer. Assim, inicia-se a montagem do acampamento, organizam-se as ruas cada uma com o nome de um lutador(a) homenageado, o lugar das reuniões dos núcleos, o barraco para funcionamento da escola é construído em mutirão e organizado pelos professores — eleitos pelos acampados — educandos, pais e o conjunto da comunidade. O local da assembléia é um dos mais cuidadosamente trabalhados no quesito da beleza, pois é lá onde ocorrem as assembléias gerais do acampamento, é nesse lugar que

---

4 Os núcleos de base são constituídos como organismos de participação dos trabalhadores, como espaço de discussão das suas problemáticas, dos seus desafios. Esses são formados levando em consideração a realidade de cada comunidade assentada ou acampada, são compostos em sua maioria por 8 a 10 famílias, elegendo um coordenador e uma coordenadora, proporcionando, assim, a participação das mulheres nas instâncias de decisão.

ocorrem as tomadas de decisões sobre os rumos da luta.

O grande desafio é organizar todos os espaços necessários para viver no acampamento de forma digna, e garantir a resistência, enquanto se resolve a regularização da área ou uma solução para resolver o problema dos trabalhadores de ter acesso a terra. Naquele lugar, começa a nascer um sonho de terra conquistada, deixando para trás uma história de expropriação, de negação de direitos. Quando demora meses e até anos na conquista da terra e o acampamento não é despejado, seja ele na área da fazenda ou na beira das estradas, os trabalhadores começam a plantar arroz, feijão, hortaliças, mesmo sabendo que com o despejo podem perder todo o fruto do seu trabalho. Imagine um acampamento sem essa beleza? Sem essa criatividade? Sem essa dimensão da subjetividade? Sem essa esperança? Essa persistência vem contribuir significativamente, no processo de resistência dos trabalhadores inseridos na luta pela conquista da terra e da nova vida. Dessa prática, emana uma força mística que move os sujeitos sociais a acreditarem que, organizando o seu espaço, dando vida e beleza ao que era visto como privado, proibido, excedente, concentrado, passa a ser de todos, para o bem estar daqueles que vão trabalhar na terra e dela produzir a sua sobrevivência.

No acampamento, começa um processo embrionário para o comprometimento dos trabalhadores no reflorestamento das áreas, na recuperação do solo, que foi deteriorado pelo uso intensivo de produtos químicos nas monoculturas da soja, da cana e pecuária, pela preservação dos rios, construção e conservação das estradas. Esse trabalho ocorre baseado na perspectiva do trabalho consciente e voluntário em uma política de convivência harmônica com a natureza. Assim:

se quisermos, reconstruiremos as florestas, recolocaremos os animais selvagens nelas, faremos renascer os rios com os peixes e poderemos ver as aves voando no céus. Basta que iniciemos hoje e ensinemos nossos descendentes a dar continuidade a esta obra. (BOGO, 1998, p.11).

No decorrer da luta, defender a vida passa a ser a valorização do ser humano, valorização esta que o capitalismo, na sua louca corrida para concentrar riquezas, não respeita. O sistema só necessita da força de trabalho do trabalhador e quando essa força se esgota, ele se torna descartável, substituível, dado que muitos outros estão inseridos tanto no exército de reserva quanto na marginalidade. No mercado, vendem o pacote tecnológico,

obrigando os trabalhadores a usarem os venenos que a indústria agroquímica produz, matando os animais, os seres humanos, envenenados os rios, os solos, a natureza.

Um dos grandes desafios dos trabalhadores do campo é desenvolver formas de produzir alimentos, sem destruir a natureza, constituindo um respeito entre quem planta, quem consome e a natureza. Todavia, é importante ganhar economicamente, produzir para a comercialização. Mas, o mais importante é produzir respeitando a vida, preservando a saúde das pessoas, garantindo seu bem estar. Portanto, é essencial perceber que os indivíduos têm necessidades, que precisam ser compreendidas em sua totalidade.

Construir o sonho buscando nos símbolos para a representação da utopia também é essencial, é o alimento da alma. No acampamento, os símbolos assumem um significado místico, que motiva, anima e revigora a luta e faz com que o sonho de conquista da terra, se aproxime, se materialize nos símbolos, que se transformam em instrumentos de comunicação, de formação, de aprendizado, de esperança e consolidação dos objetivos. É o ato político da mística se concretizando, por meio dos símbolos, como o processo de hastear a bandeira do movimento nas terras ocupadas; explicitar as ferramentas de trabalho, como o facão que corta o arame farpado e derruba cercas; entoar as canções que animam as noites frias e enluaradas nos acampamentos ao redor das fogueiras; recitar as poesias que aquecem o sonho. Esses símbolos constroem a unidade e a identidade dos trabalhadores Sem Terra. Por isso, “o princípio fundamental que devemos seguir, é que os símbolos existem porque antes deles existem as pessoas, que são os verdadeiros símbolos da humanidade de todos os tempos.” (BOGO, 1998, p.14).

O momento histórico exige que o movimento social busque dar respostas imediatas aos problemas emergentes, pois no sistema capitalista, o mercado é quem conduz todos os movimentos impostos pelo capital, conduz as disputas tecnológicas, conduz à disputa do homem contra a máquina, uma vez que inventam máquinas que, cada vez mais, vem ocupando o lugar do humano, e gera, como consequência, pobreza, exclusão, miséria social.

No acampamento, todo o aprendizado contribui para a construção de uma consciência social que respeite o ser humano, seus direitos, valores, religião, crenças, superstições, etc. Partimos do princípio de que devem ser respeitadas todas as manifestações culturais, é o que Paulo Freire caracterizou como unidade na diversidade. E a partir desse pressuposto, a consciência política, que vem se forjando no decorrer da luta, em processo vivido pelos sujeitos, nos erros e acertos, respeitando a história de vida de cada um, aprendendo com as

lições da luta, com os conflitos, as contradições, avanços e limitações.

Muitos erros são cometidos no acampamento, muitas vezes por não conhecer a trajetória de vida das pessoas, por não olhar o indivíduo com humildade, suas virtudes e defeitos. É preciso perceber o sujeito na sua totalidade. Construir um sentimento de povo que luta, sonha e caminha. Pois nesse país se gerou um sentimento que o que se produz aqui, não tem valor, é desprezado. Os produtos, as culturas importadas é que são valorizados.

A luta pela terra é uma das retomadas dessa valorização que vem germinando nas ações populares um sentimento de que o povo brasileiro é importante, e a ocupação da terra é uma retomada dos trabalhadores ao chão dos seus ancestrais que a eles foi negado. É nesse momento que o trabalhador se percebe no conflito direto com o latifúndio, com as injustiças, sobre as quais estão estruturadas as leis e as políticas sociais, entre elas as políticas agrária e agrícola, que privilegiam os donos da terra e do poder no País. É nesse momento que o sujeito, excluído, marginalizado, oprimido, se percebe sem a terra e se dá conta, no encontro com o outro, que é preciso lutar por ela e pela sua própria vida, como instrumento de valorização enquanto trabalhador.

No acampamento ocorre o exercício de conscientização sobre as complexas determinações dos problemas sociais e, sobretudo como combater as atrocidades do capitalismo ao mesmo tempo em que se constrói um país justo, fraterno, com igualdade.

Faz-se necessário resgatar o trabalho na sua ludicidade, mesmo quando o capitalismo aparentemente tenha transformado o jogo e nossas vidas em um objeto da concorrência, da exploração e da espoliação dos trabalhadores. A falta de trabalho desumaniza as pessoas. Nos acampamentos e assentamentos, é vital que os trabalhadores produzam sua própria existência, seus meios de vida, seu sustento, tanto de forma individual quanto coletiva, conforme sua força de trabalho, suas condições físicas e psicológicas. Dessa forma, o trabalho não pode ser visto, como um fardo, um castigo, mas como uma forma de nos produzirmos e reproduzirmos enquanto sujeitos sociais em harmonia com o mundo e os demais seres.

Para tanto, o trabalho deve ter como base de sustentação o estudo, objetivando a construção do conhecimento, não só para resolver problemas da produção, mas, para superar os obstáculos que se colocam no processo da luta de classe. Geralmente, no acampamento, ocorre a formação em processo massivo através dos núcleos de base e na escola se desenvolve o trabalho com as crianças, adolescentes, jovens e nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), nas reuniões da coordenação do acampamento, nos setores. Essa formação

ocorre não só pensando na teoria, com todos os aspectos da organização do acampamento: a disciplina, as equipes de trabalho, as relações humanas, o trabalho político-ideológico e organizativo dos valores e princípios éticos, com a apropriação dos conhecimentos pelos trabalhadores, para que este possa enfrentar os desafios orgânicos que se apresentam no acampamento e posteriormente no assentamento. Para tanto, o estudo deve estar voltado para a formação permanente em todas as instâncias, pois, é por meio do estudo, da socialização, do diálogo da luta, da pesquisa, da reflexão, da análise, que se constrói o conhecimento, contribuindo para a formulação uma nova consciência, capaz de redimensionar os sujeitos para que exercite novos valores do companheirismo, da partilha, honestidade, responsabilidade, do compromisso com a luta da classe trabalhadora, vivenciando a crítica e a autocrítica, fazendo uma reflexão das suas ações no espaço individual e coletivo.

A participação é uma conquista que se dá permanentemente, é um princípio da coletividade iniciando um processo que rompe com o autoritarismo de uma só pessoa que, imbuída de poder centraliza as informações. Pois quem tem informação acaba tendo o poder de decidir. Para tanto, “a participação que começou a estar presente nas práticas educativas não apenas se vinculou como uma prática em seu interior, mas também como um valor prenunciativo de uma nova sociedade.” (JIMENEZ, 1998, p. 52).

## 5. A PRODUÇÃO DE SABERES CONSTRUÍDA A PARTIR DOS SUJEITOS

O modo de organizar a luta por direitos, contrapondo-se, ao mesmo tempo, às estruturas dominantes, faz com que os trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra passem a construir uma nova mentalidade educativa, uma nova forma de se pensar e fazer a educação e de formar sujeitos no interior das lutas sociais, colocando-se como possibilidade real e histórica de transformação dos olhares sobre a forma como produzir e reproduzir a vida e seus valores na luta, como também das possíveis mudanças da sociedade.

A luta pela terra exige mudanças no processo educativo, onde as próprias contradições façam parte do fazer educativo, contraponto necessário ao modelo realizado e idealizado pela classe dominante. No entanto, esse novo que fazer educativo não é invenção de uma nova teoria pedagógica, mas sim uma prática concreta que possa recuperar, gerar circunstâncias favoráveis ao realinhamento da identidade de cada sujeito. Em favor disso:



Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associado a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 2003. p. 52).

Não é novo falar da educação na luta pela transformação social, mas a valorização da prática na educação, nas lutas populares e especialmente no campo, é um elemento novo no processo pedagógico da luta social. Pois o camponês, que trabalha individualmente, tem como lógica a garantia dos seus interesses individuais, tendo a consciência voltada para o direito à propriedade individual. Ou seja, o indivíduo não consegue romper com sua dimensão individual desde o núcleo familiar, e passa a ser inorgânico tanto na organização do acampamento e assentamento. Existem muitas outras formas de organizações cooperativas que envolvem os trabalhadores e os instigam a participar. No entanto, essa participação precisa ser consciente. O trabalhador necessita ter clareza da importância da sua participação, da sua inserção no processo organizativo e produtivo, da sua relação com o outro, do jeito como se vai cooperar, e a que interesses estarão voltados para essa cooperação.

## 6. O APREDIZADO NOSSO DE CADA DIA

A luta do povo brasileiro na construção de um espaço de socialização de conquista de um lugar para trabalhar e viver, se educar e se constituir enquanto sujeito social foi sendo constituído por conflitos, por resistência, por diversas formas de lutas que compreende todas as ações realizadas pelos trabalhadores, criando assim os mecanismos de aprendizado, um método pedagógico próprio gerado no seio dos que protagonizam o cenário das lutas do campo. Uma das principais formas dessa resistência é ocupação da terra que, por meio da sua ação pedagógica, construiu um ambiente educativo na luta pela terra. Fazendo com que a ocupação se transforme em conflito necessário na luta, proporcionando um ambiente de muitos aprendizados e de construção do conhecimento para os trabalhadores e trabalhadoras sem terra. Por esse entendimento, recai a estes a responsabilidade histórica pela retomada de suas identidades enquanto sujeitos ativos e transformadores. Para tanto, o resgate dos

elementos concretos sobre a situação subjacente dos trabalhadores e trabalhadoras em relação às classes dominantes, torna-se necessário para que se possa compreender a necessidade de ampliar espaços educativos no seio das ocupações de luta pela terra como mecanismo real de ruptura com as estruturas agrárias predominantes no Brasil, baseadas na concentração improdutiva da terra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOGO, Ademar. *A vez dos valores*. Edição Cadernos de Formação/MST n° 26. São Paulo, 1998.

CALDART, Roseli Salete. *A escola é mais do que escola na pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Vozes, 1999.

FABRICIO, Graciele. *Vozes que rondam: com a palavra, as mulheres sem terra*. Dissertação de mestrado em Educação das Ciências. UNIÚÍ. Ijuí, RS, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo et al. *Pedagogia: dialogo e conflito*. São Paulo: Cortez, 1986.

GORENDER, Jacob. *Gênese e Desenvolvimento do capitalismo no campo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

JIMENEZ, Marco R. Mejía. *Sindicato e pedagogia: rumo a uma escola enraizada na educação popular*. Ijuí, RS: UNIÚÍ, 1989.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.